



ASSSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA Nº 5/2012

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE DEZEMBRO 2012

PRESIDENTE DA MESA

Ramiro Manuel Lopes de Matos

SECRETÁRIOS:

1º Secretário – Joaquim Carreto *(em substituição de Victor Manuel Dias Coelho)*

2º Secretário – Manuel Augusto Nabais

FALTARAM:

Manuel Rito Alves

Victor Manuel Dias Coelho

JUSTIFICARAM A FALTA:

Maria Fernanda Penela dos Santos N. Vieira *(substituída por José Eduardo Lucas)*

Roberto Cayuela Vaz Labrador *(substituído por Dora Susana Esteves)*

Carlos Alberto Morgado Gomes *(substituído por José Cinha Antunes)*

Paulo José Nabais da Cruz *(substituído por Fernando Joaquim Pires Januário)*

Presidente da Junta de Freguesia da Cerdeira *(substituído por Filipe Teixeira Mendes – Secretário)*

Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha

Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Espinho

Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa

HORA DE ABERTURA:

Vinte horas e quinze minutos.

LOCAL:

Museu Auditório Municipal



- ❖ Às vinte horas e quinze minutos dado haver quórum o **Presidente da Assembleia**, tendo cumprimentado os membros da assembleia, o executivo municipal e o pessoal de apoio e o público presente, declarou *aberta a sessão*.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28/09/2012

Tomando a palavra o **Presidente da Assembleia** disse que a ata tinha sido enviada a todos os membros da assembleia, pelo que depois de feitas as alterações e/ou correções julgadas necessárias a poria à votação. Feitas as correções o **Presidente da Assembleia** pôs a ata à votação que foi aprovada, por maioria, com 2 abstenções.-----

PONTO 2 - EXPEDIENTE

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao 1º Secretário que deu conhecimento do seguinte expediente:-----

- Relação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal na sua sessão de Abril de 2012.-----
- Ofício da Junta de Freguesia de St.º Estevão a desejar as Boas Festas;
- Ofício do Município de Pinhel a desejar as Boas Festas;
- Convite da Junta de Freguesia de Rebolosa para o almoço convívio a decorrer no dia da Festa/Feira de St.º Catarina;
- Requerimento apresentado pelo Deputado Alino Bessa em 26/10/2012 sobre o pagamento das senhas de presença aos membros da Assembleia Municipal;

PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS

De seguida o **Presidente da Assembleia** deu início à discussão dos assuntos relativos a este ponto do *Antes da Ordem do Dia*, tendo perguntado quem pretendia inscrever-se para intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a:

José Ildídio que depois de cumprimentar os presentes e expressar os seus desejos de Boas Festas, disse ter duas questões a colocar ao **Presidente da Câmara**:

1. “ *Defendemos que toda a promoção e publicidade que se possa fazer do concelho do subúrgal, é sempre pouca e é bem-vinda.* ”



A volta a Portugal em bicicleta no presente ano, foi um acontecimento no qual o executivo municipal e o senhor presidente da câmara, em especial, se empenharam. Gostaríamos de saber exatamente, o valor de todas as despesas, pagamentos e transferências, diretas ou indiretas, envolvidas na realização do evento. A empresa Sabugal+ deu algum contributo?

2. *Qual o ponto de situação do cemitério de Vale de Espinho. Como o é do conhecimento do Sr. Presidente, está superlotado?*

Presidente da Junta de Freguesia da Bismula, que depois de cumprimentar os presentes disse: “*Estamos em Dezembro, e, por tradição, é o tempo de desejar Boas Festas e um Feliz Ano Novo. É, precisamente, esta a minha primeira intenção, desejar para todos, num ano que se avizinha gelado, com um grande buraco negro de incertezas, que consigamos resistir, ainda que esgarapados e delapidados dos nossos pertences.*”

No entanto, “o país somos todos nós”, aqueles que amam a pátria e constituem o estado, por isso as consequências, bem fáceis de prever, certamente vão fazer que tenhamos muito pouca vontade de transmitir, com sinceridade, com tranquilidade, verdade e amor, o desejo de boas coisas, para os tempos mais próximos.”

Como segunda intenção, direi: usei esta tribuna, vezes diversas, neste ano de 2012 que se apressa a chegar ao fim. Usei-a para intervenções que achava certas, num tempo certo; usei-a também para apresentar moções estratégicas. Mas também a usei para denunciar, para criticar, para reclamar. Hoje, com o mesmo à vontade, com que sempre o fiz, dela me sirvo agora para enlevar serviços deste executivo.”

Com efeito, se é justa a crítica, quando há razão, de algum modo se deve reconhecer o que de bom é feito. Especialmente quando reconhecemos o valor e a oportunidade de um presidente de câmara, de uma aldeia vizinha “a Rivinha” em que o sentir dos nossos problemas se tornam mais facilmente o seu sentir.”

Logo, tenho de reconhecer, fiquei deveras surpreendido com a celeridade empreitada da repavimentação da E.M. Vilar Maior - Nave, passando, como é lógico, pela Bismula.”

Foi em nome deste povo que, não raras vezes, levantei a minha voz nesta Assembleia, para protestar, contra a situação de abandono a que o nordeste deste concelho vinha sendo votado, solicitando um olhar diferente para aquela estrada que serve as pequenas aldeias da zona nordestina do concelho, mas o seu efeito nunca sairá das quatro paredes deste auditório, e todos os residentes nesta zona viviam com os automóveis, que amintadas vezes tinham de ir à oficina a apertar os parafusos.



Hoje temos também a nossa "pista" ? Facto importante para a qualidade de vida das populações ali residentes e daquelas que da estrada se servem, que muito me apraz registar.-----

Por isso, em nome da freguesia que represento, em nome de todos os bismulenses, senhor presidente da Câmara, vai o nosso reconhecimento. Diz o adágio popular " vale mais tarde do que nunca " .-----

Contudo, tenho de referir, a necessidade das bermas, dentro da Bismula, serem arranjadas.-----

Porque, só assim ficará o serviço perfeito e completo! .-----

João Manata, depois de cumprimentar os presentes e desejar votos de um Bom Ano disse: "*Querida fazer uma pergunta ao senhor presidente da Câmara:-----*

"O Largo do chafariz, junto à Câmara, para o qual foi prometida a toda a gente uma requalificação, é para ficar só como está com os medronheiros, e com aqueles vasos? Ou se é para ser mesmo requalificado? Já agora a propósito dos medronheiros. Não sei se não seria útil a Câmara também comprar uma caldeira para se fazer ali uma "aguardentezinha" ... acho que nunca vi medronheiro como árvore de jardim, mas isso é a minha opinião. O que interessa é que de facto, seja feita a requalificação " .-----

Nuno Teixeira, depois de cumprimentar os presentes e desejar a continuação de Boas Festas e um ótimo Ano Novo disse: "*Foi tornado publico através da ata 27/2012 de 07/11/2012 que o Chefe de Gabinete enviou dois ofícios, um para a Inspeção Geral da Administração Local e outro para o Inspector Geral da Inspeção Geral das Finanças, com o intuito de saber da legalidade do cargo ocupado pelo Vereador Francisco Vaz.-----*

Até aqui, salientamos, o desconhecimento da lei eleitoral e a atitude nada frontal, pouco transparente e até ignóbil deste ato.-----

Além disso existe um pormenor em todo este processo que reprovamos veementemente: o uso de folhas de papel timbrado deste município, como se de um documento oficial se tratasse e usando meios pagos pelo erário público.-----

Sendo o chefe de gabinete, um nomeado pelo Sr. Presidente, resta-lhe a si, responder por este ato que gostaríamos de ver esclarecido, nomeadamente nestes dois itens últimos.-----

Como prometido em reunião de câmara ao vereador em questão, gostaria de saber se já deu resposta.



O estatuto disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, prevê o dever de assiduidade no serviço nos dias a que está obrigado (artigo 3.º, n.º1).-----

Sendo que este assunto foi abordado em reunião de Câmara e não foi devidamente esclarecido, questionamos do novo sobre se houve ou não comportamento "frontalento" relativo à assiduidade de uma funcionária, que não esteve presente durante vários dias e uma segunda funcionária que, pelos vistos dava entrada e saída da primeira através do cartão de ponto.-----

Estamos perante um caso que a ser verdade, como foi apresentado a vários funcionários desta autarquia, implica graves consequências na gestão de recursos humanos e provoca o sentimento de impunidade e injustiça.-----

Esperamos por tudo isto que o Sr. Presidente, primeiro de forma clara e inequívoca esclareça o caso, e caso haja necessidade de atuar que o faça sem delongas.-----

Por fim, pergunto-lhe o ponto de situação relativamente ao encerramento do Tribunal do Sabugal, serviço de interesse a todos os habitantes do concelho e que a todos preocupa".-----

José Robalo, que depois de cumprimentar os presentes disse: " traria à discussão uma questão que me preocupa bastante e gostaria de convidar, todos os meus colegas, eleitos para representar o concelho do Sabugal, a refletir sobre ela. A questão é a seguinte: No dia 31 de Agosto, foi aprovada a lei que extingue as empresas municipais. Apesar de ter sido uma lei aprovada por um governo do meu partido, discordo frontalmente desta lei, quando aplicada a municípios do interior, como o Sabugal. Ou seja, há alguns anos, discutir-se nesta assembleia, e entender-se, por unanimidade, que uma empresa municipal no concelho poderia prestar um serviço público, ao lado da Câmara. Que uma empresa municipal sendo bem utilizada, poderia ser um organismo que, devidamente agilizizado, poderia prestar um ótimo serviço público, no campo cultural, desportivo, recreativo e social.-----

Nessa altura tinha essa opinião e ainda hoje, alguns anos volvidos, sem nunca ter ganho um tostão, que fosse com a Empresa Municipal do Sabugal, e sem nunca ter pretendido ganhar fosse o que fosse, com essa independência, com essa isenção, e com essa limpeza, continuo a entender, como observador subdgalense, que a Empresa Municipal do Sabugal tem prestado um ótimo serviço à população em geral. É verdade que com alguns erros. Mas como diz um amigo meu, só não erra quem nada faz, porque quem trabalha, no seu dia a dia está sempre sujeito a cometer erros, e se calhar a empresa municipal cometeu alguns.-----

Mas ponderado o deve e o haver, o que de bom fez a Empresa Municipal de Sabugal e o que de mau possa ter feito, chego à conclusão de que o saldo é francamente positivo.-----

E, chegando a essa conclusão, tenho alguma dificuldade em compreender essa lei. Concorro que deva ser feito um esforço financeiro e serem cortadas bastantes despesas. Com que não concordo é que de forma cega se acabem com todas as empresas municipais. Que de forma cega pague o justo pelo pecador, que é o que está a acontecer com esta lei. Portanto acabam as empresas municipais, e como tal a do Sabugal também acaba.-----

Eu também tenho a sensibilidade, de que estão criados postos de trabalho. Há pessoas que trabalham na empresa. Há pessoas que tem prestado um grande serviço ao Sabugal. Que vamos fazer? Penso que isso nos deve preocupar a todos, e que não devemos nem podemos aceitar a lei.-----

Senhor Presidente da Câmara, não temos o direito, em nome dos sabugalenses, de aceitar essa lei como um facto consumado. Então não é possível estabelecer exceções? Então isso é de forma cega? Agora pagamos todos, pelos erros daqueles que esbanjaram os dinheiros públicos? Penso que não. Gostaria que todos refletíssemos sobre isso. Todos os assuntos que aqui discutimos são importantes, mas penso que este é muito importante e que não podemos deixá-lo passar em vão.-----

Neste sentido, trazia aqui uma recomendação, que deixaria por escrito ao senhor Presidente da Mesa, no sentido de recomendar à Câmara, que envide todos os esforços, com o nosso apoio, se assim o entender, para que a Empresa Municipal de Sabugal, não feche portas, porque se aceitarmos isto, é mais um pouco de nós que vai morrer. E, nesse sentido, gostaria que o senhor Presidente da Mesa, lesse uma pequena recomendação, cuja ideia é a de pedir ao senhor presidente da câmara que desenvolva todos os esforços no sentido de tentar fazer com que essa lei seja revogada, alterada, ou adaptada de forma a que, os municípios do interior, já despojavados e abandonados, não fiquem, com essa lei, ainda mais abandonados".-----

Tomando a palavra o Presidente da Assembleia solicitou a José Robalo, que lesse a recomendação que se transcreve:-----

“ Recomendação: *Recomendamos à Câmara Municipal que faça todos e quaisquer esforços possíveis e necessários a obstar a este rimo dos acontecimentos, possibilitando assim, que no Sabugal não seja dissolvida a nossa única empresa municipal, salvaguardando os serviços públicos por esta prestados e defendendo o emprego público por esta criado. O Grupo do PSD”.-----*

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** disse que tendo em conta a entrada desta recomendação interromper-se-ia a ordem das intervenções para que a mesma fosse votada. Assim, posta à votação, a Recomendação foi aprovada, por maioria, com 2 votos contra e 15 abstenções, com as declarações de voto de :-----



João Manata “ No Grupo da CDU votamos a favor, e poderíamos perfeitamente ter votado contra. Vou explicar que não há aqui nenhuma contradição. Somos a única força política contra a criação das empresas municipais. Agora, votámos favoravelmente a continuação desta ou, pelo menos, tentar que se mantenha até se arranjar uma fórmula correta, porque estão em causa os postos de trabalho.---

Quando o desemprego grassa por tudo quanto é sítio, é importante manter os postos de trabalhos e garantir o serviço que a empresa presta, porque presta bastantes serviços e disso não há dúvidas. Eu até sou muito regular da piscina, e vejo muita gente a praticar ginástica e natação. Agora elas nunca deviam ter sido criadas. Poder-se-ia ter arranjado outra forma de funcionamento. Já que ela existe, e acima de tudo, para garantir os postos de trabalho, o nosso voto é favorável”.-----

Presidente da Junta de Freguesia de Bismula “ Votei contra, por dois motivos. Primeiro porque não encontrei na intervenção, qualquer facto que a justifique. Em segundo lugar porque esse procedimento, não é igual ao que foi tomado para com as freguesias que foram extintas”.

Roberto Silva “ Eu abster-me, por um princípio. Obviamente que o emprego neste concelho e neste país é um assunto que me preocupa, mas continuo a achar que os serviços podem ser prestados, de outra forma, pela Câmara. Obviamente que a minha abstenção é só pelo emprego. Absolutamente contra a empresa municipal”.

Nuno Teixeira: “ também me abster. Obviamente que me preocupa a situação dos postos de trabalho e dos serviços prestados por esta empresa, e temos de salvaguardar sempre esses dois fatores. Mas tal como esta, já foram publicadas muitas leis com as quais não concordo, e teríamos que fazer uma assembleia, só para nos manifestarmos em relação às leis que este governo tem debatido. Daí a minha abstenção. Vou esperar para ver”.

António Gata: “ eu só podia votar contra. Se não o fizesse deixava de ser coerente com tudo o que já defendi nesta assembleia e que acho que não devo alterar, nem uma vírgula. Por outro lado, há dias ouvi no programa “Prós e Contras”, o senhor Secretário de Estado da Administração Local, a falar sobre esta mesma temática, onde garantiu que nenhum posto de trabalho estaria em causa bem como garantiu que nenhum serviço prestado pelas empresas municipais estaria em causa.

Considero o senhor Secretário de Estado da Administração Local, uma pessoa de bem. Como o considero uma pessoa de bem e como até pensa exactamente o que eu sempre defendi para esta problemática, mantive-me coerente com aquilo que fui até aqui, e votei contra.”-----

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia**, prosseguiu com o assunto anterior, dando a palavra a:-----



António Gata, que tomando-a disse que queria colocar três questões ao senhor Presidente da Câmara:

1ª “Começo por me congratular com o facto de hoje ir para a minha aldeia, por uma via que está em boas condições. Finalmente estas paredes ouviram-me! Durante cerca de três anos, falei sistematicamente neste problema, porque era só a pior estrada que o concelho do Sabugal tinha.-----

Mais que isso, e não querendo puxar a brasa à sardinha de ninguém, congratular-me também com o facto da estrada não ter chegado à Ponte do Pereiro e de ter chegado às escolas de Vilar Maior. Muito obrigado senhor Presidente.-----

Ainda relativamente a esta estrada, e porque tem agora um tapete novo que permite que algumas pessoas possam vir a circular com velocidades um pouco maiores, deixava uma lembrança: esta estrada passou a ter dois pontos negros, que podem vir a ser graves. Um em Aldeia da Dona, na descida para a ponte, e outro antes da Ponte do Pereiro, em Vilar Maior, também na descida para a ponte. Por isso deveria pensar-se seriamente em colocar guardas metálicas.-----

2ª- Qual a filosofia na destigação de lâmpadas da iluminação pública, pelo concelho. Se existe uma ideia pré-definida, uma metodologia, ou se nuns lados é de uma maneira, noutras é de outra.-----

3ª - Passou agora o Natal. A fogueira do Natal, em Vilar Maior, é feita no Largo da Praça. No verão os problemas são de outro âmbito, mas também graves. Este ano com a fogueira de Natal voltaram a surgir complicações grandes, com os cabos da PT. Como também já cheguei à conclusão, em conversas tidas com o senhor presidente, que a PT não vai fazer a parte que lhe compete, naquela obra, pedia encarecidamente ao senhor presidente o seguinte: Já que a PT não quer enterrar os cabos, a Câmara tem todo o poder, o direito, e também a obrigação, de exigir à PT que os desvie. Se não quer fazer o trabalho bem feito, pelo menos que remedeie a situação, retirando aquela porcaria dali”.-----

Francisco Barrios, tomou a palavra para dizer:” Há tempos organizaram-se aqui umas jornadas sobre tauriniquia popular. O senhor Presidente da Câmara fez um apelo na assembleia municipal anterior para que se enchesse esta sala, porque estariam todos os concelhos representados, inclusivamente os Açores. E é claro que o pior aconteceu. As jornadas foram na sexta e no sábado, (estive presente no sábado de manhã). Se não me engano os palestrantes eram 23 e os assistentes eram 22.-----

Nós temos dito, e toda a gente sabe, que as capeias agradam, da Nave para lá. Vou a todas as capeias da raia e é raro ver um indivíduo do Sabugal, Vila Boa, Rendo, Vila do Toiro. A capeia agrada porquê? Porque os pequenitos, entram para o jardim e aprendem a gostar da capeia, e quase que são obrigados a gostar da capeia porque ela se vive intensamente.-----



Fizeram-se as jornadas ... agora é muito fácil criticar porque já sabemos que foi um fracasso. Depois do acontecimento é fácil fazer análises... Mas, isto leva-me a pensar que se as jornadas tivessem sido realizadas na raia, e refiro o auditório do Centro Cívico dos Fios que tem boas condições funcionais, até porque já lá foram feitos eventos idênticos, o auditório teria lotado e com facilidade teria havido cerca de cem pessoas a participar. É que, para as pessoas se deslocarem da raia para aqui é preciso vir de manhã, almoçar cá, passar cá a tarde e, no dia seguinte, voltar. Nos Fios era o local ideal. Mas pronto, aconteceu o que aconteceu. Que sirva ao menos de lição.-----

Agora, sobre os candeeiros de iluminação pública, que vão desde da Central de Camionagem até lá acima, passando pela Av. Jeremias Amaral Dias. Da Central de Camionagem até à rotunda que vira para Quadraxais, há candeeiros dos dois lados da avenida. A Câmara decidiu desligar um sim, um não, tanto de um lado como de outro, e bem. Não vamos dizer que ficamos pior, porque a iluminação é suficiente. Mas da rotunda que vai para Quadraxais até lá em cima, só há candeeiros de um lado, e há lá sete ou oito casos, em que está o poste de iluminação e à frente está uma árvore. Isto é quase como o enigma do ovo e da galinha. Ninguém sabe o que apareceu primeiro. Não sei se puseram o poste primeiro e plantaram a árvore a seguir, se plantaram a árvore primeiro e puseram o poste de iluminação atrás. O que é certo é que na primavera, verão e princípio de outono, há ali zonas muito escuras. Vê-se apenas uma luzinha a tremelicar. Talvez a Câmara tenha solução, mas que foi uma grande coincidência esses sete ou oito postes ficarem mesmo atrás das árvores, foi"-----

Para terminar. Às vezes o que parece é. Disse, no início deste mandato, sobre o famoso labirinto das quatro aldeias da raia, que nunca tinha sido feito porque câmaras anteriores, cada vez que se lhe falava no assunto, eram só desculpas esfarrapadas. Quando não há vontade, são os técnicos. Não é fácil fazer ali uma rotunda. Já vamos estudar a solução. Eram as tais desculpas de quem não queria fazer a obra. Eu disse numa assembleia municipal que estava convencido que, neste mandato, se ia fazer a obra, porque se notava que a Câmara estava empenhada em a fazer, " O labirinto " já lá não está, e a rotunda já lá está"-----

Marisa Martins, depois de cumprimentar os presentes disse: *"já passaram três anos sobre o anúncio do empreendimento Ojetta Club, que prevê a construção, em Madcata, de um complexo de residências turísticas assistidas e uma unidade hospitalar. O que tem o senhor Presidente da Câmara a dizer sobre o assunto. O investimento mantém-se? A unidade hospitalar é para avançar? Quem investe? A Câmara continua a comprar terrenos, sim ou não? Se o investimento não for para concretizar o que será feito dos terrenos? Dados os montantes envolvidos e a importância do empreendimento é possível solicitar ao investidor a compareência perante esta assembleia para explicar e dar a conhecer o investimento e o ponto de situação do mesmo?"-----*

Uma outra questão. Por vezes, questionamo-nos sobre quais as competências de um chefe de gabinete. E a propósito de tal, tomamos conhecimento que o senhor Presidente se fez representar



pele seu chefe de gabinete, na ultima reunião da Comuheras. Já tem conhecimento se tal facto foi ilegal?-----

José Cunha, tomou a palavra e depois de cumprimentar os presentes e desejar Boas Festas disse: “ apesar da época de austeridade que se está a viver, e que todos sentimos, os “salupos” habitantes de Penalobo, no fim deste ano tiveram direito a uma pequena prenda, ainda que a meu ver, mais do que merecida. Refiro-me ao arranjo e asfaltamento da estrada, ainda que rural, que dá acesso à Qr^a da Retorta, uma das localidades anexa da freguesia de Penalobo. Admito que o empreiteiro a quem foi adjudicado o trabalho, o tenha feito conforme o estipulado, no que respeita à sua largura, que é exigua, e à colocação de duas fiadas de paralelos nas suas bermas, que já se estão a desmoronar.

Para além destas questões há que ter em conta, como ficou o acesso às propriedades rústicas que ladeiam a estrada. É que há alguns casos em que os proprietários dificilmente poderão entrar para a sua propriedade com tractores, porque o aqueduto construído à entrada da sua propriedade, é tão estreito que não permite a manobra de entrada e saída sem que o tractor revála para a valeta. Penso que é um por menor para o empreiteiro, de fácil arranjo, mas importante para os utilizadores dessas propriedades.-----

Há elementos na assembleia naturais de Penalobo que podem comprovar a veracidade do que acabei de referir, e estou certo que o senhor Presidente da Câmara, tomará as devidas providências, para que a obra não seja dada como concluída, sem que seja realizado tal reparo, para satisfação de ambas as partes”-----

Presidente da Junta de Freguesia de Sabugal, que tomando a palavra e depois de desejar a todos um Feliz Ano, colocou três questões ao Presidente da Câmara:-----

1. “ Na ultima sessão da Assembleia falei da colocação de passadeiras e/ou placares limitadores de velocidade na Rua Cidade da Guarda. Já foi feita alguma coisa ou ainda não fazer?-----
2. Várias pessoas se têm queixado de que, nos dias de mercado, no local onde as pessoas que vem das aldeias põem os seus produtos, em frente ao edifício do Dr. Rogério, de verão há muito pó e de inverno há muita lama. Não seria possível dar um arranjo ao local?-----
3. Haverá alguma hipótese de, no Largo da Fonte, se fizerem marcações para os carros estacionarem? É que já há bastantes carros a estacionarem, e cada um estaciona de sua maneira, faltando, por vezes, espaço.”-----

Roberto Silva, depois de cumprimentar os presentes e desejar Boas Festas disse:-----



“No seguimento da moção aprovada relativa à E.M. Sabugal +, gostava de fazer um comentário. Uma coisa que me preocupa é a política cultural dos municípios e das regiões e tenho visto a política cultural deste município degradar-se ao longo deste tempo. Houve boas ideias que foram abandonadas, algumas delas sem grandes custos, e outras que foram aparecendo com muitos custos, e eu nunca vi, nem foi apresentado qualquer plano de impacto do abandono de determinado acontecimento cultural e a opção por novos acontecimentos.

Um outro assunto sobre o qual me tenho debatido muitas vezes, é o das Termas do Cró. Em 15 de dezembro deste ano, terá sido lançada a construção do Hotel Rural do Cró. Foi uma obra adjudicada, segundo foi dito, para exploração das termas.

A área a intervir pertencerá à RAN – Reserva Agrícola Nacional, à REN – Reserva Ecológica Nacional, sendo ainda atravessada por estrada nacional, por uma ribeira... não haverá naquela área com tanto mata à volta, um trabalho duro a realizar? O licenciamento da obra, como é que está? Há plano de pormenor já aprovado? A desafetação da reserva ecológica, já foi feita e está concluída? Os pareceres necessários para o início da obra já estão prontos? Será que sim?

A empresa à qual foi adjudicada a concessão tem um capital social de 50.000€. Parece-me muito pouco para uma empresa poder executar um projeto daquela envergadura... e, depois poderá ser mais um caso como o do parque de campismo.

Há dinheiros comunitários envolvidos no projeto? Se há, qual a percentagem que cabe à Câmara? Não havendo, qual o montante que a câmara pode despende, ou já despendeu nesta obra.

Deste investimento privado em que a Câmara se tem envolvido, quais são as contrapartidas que a Câmara pode tirar disso, além do benefício de ter um hotel no concelho. ”

Presidente da Junta de Freguesia da Lagoosa que depois de cumprimentar os presentes de desejar um Bom Ano de 2013 disse: “ Não posso deixar de felicitar o executivo camarário, pelo facto de ter, finalmente, resolvido o problema do labirinto (rotunda da Lagoosa), já referido por Francisco Bárrios. Pena foi que nesta quadra natalícia, o piso não estivesse pavimentado, dado o acréscimo de trânsito que houve.

Querria sugerir ao senhor Presidente da Câmara, pelo facto dessa rotunda estar no epicentro de quatro freguesias, Aldeia do Bispo, Lagoosa, Forcalhos e Aldeia Velha, que foram a génese da capela arraiana e também as principais dinamizadoras, do que é hoje a Capela Arraiana, que pensasse na possibilidade da rotunda ser adornada com motivos alusivos à capela arraiana. Penso que assim estaríamos, de um certo modo, a homenagear a capela arraiana, fazendo simultaneamente a sua

divulgação, o que considero importante, nomeadamente a partir do momento em que já foi considerado património inmaterial nacional”.....

Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas que, tomando-a, e depois de cumprimentar os presentes e desejar um Próspero Ano Novo, disse: “iria responder, seguindo a ordem das intervenções. Começou por referir que as questões colocadas eram uma barómetro de impressões trocadas e do que mais preocupava os membros da assembleia e, nesse sentido, teriam sempre da sua parte, uma resposta o mais fidedigna possível e adequada.....

De seguida passou a responder concretamente às questões colocadas. Assim a(o):.....

“José Hiltio que falou da promoção do Sabugal, nomeadamente da Volta a Portugal em Bicicleta, disse que a Volta, com a chegada da etapa ao Sabugal, foi um investimento de 45.000€, com retorno de 85% deste valor, ou seja a Câmara pagou exatadamente 7.500,00€ correspondente a 15% do investimento. Depois perguntou se a E.M. Sabugal+ tinha colaborado? Obviamente que colaborou intensamente, com os recursos humanos disponíveis e a custo zero, para o município.

A segunda questão teve a ver com o Cemitério de Vale de Espinho. Este é um dos quatro cemitérios, que estão neste momento na mira do executivo. Os outros são: o Cemitério de Aldeia do Bispo, que está em obra, e os cemitérios de Vale de Espinho, Aldeia Velha e Moita que se encontram no gabinete do Engº Miguel a serem ultimados e poderem avançar, sendo verdade, que para alguns deles, ainda é necessário adquirir terrenos.....

Presidente da Junta de Freguesia da Bismula, agradeço a referência feita, assim como as notas deixadas por outros intervenientes. Isso reflete, também uma preocupação minha em executar compromissos assumidos, e, por outro lado o sentir que com este tipo de execuções estamos a trabalhar para as pessoas e para a dinâmica produtiva que queremos introduzir no território rural, sendo a mobilidade extremamente importante para essas dinâmicas.....

Vamos verificar a situação das bermas e valetas, e dentro do possível faremos o trabalho. Temos que fazer o trabalho bem feito para que as pessoas fiquem satisfeitas, não só com o que já foi feito, que era importante, mas também que a parte final fique de acordo com as vossas expectativas e vontades.....

João Manata, o projeto para a zona que vai ser requalificada, tem os dois metronheiros. Faça o favor de passar pela Câmara que eu mostro-lhe o projeto que vai a concurso. Posso dizer-lhe que o investimento financeiro daquela requalificação, ficará em 11.500€.....



Marisa Sofia, se o meu chefe de gabinete, que é também presidente da comissão política concelhia de um partido, exerceu, dentro das suas competências, o que achou melhor, fê-lo na convicção que o estava a fazer bem e na total dependência do presidente da Câmara, porque ali ele não estava a exercer funções de chefe de gabinete.

Relativamente à questão da participação numa reunião, na Comurbeiras. Nunca mandaria o meu chefe de gabinete para uma reunião da Comurbeiras, em minha representação. Impedido eu de estar presente, mandei o meu chefe de gabinete, que por sinal é dos mais interventivos e participantes em reuniões desse timbre, para me aportar a informação útil, debatida na reunião. Se algum erro houve foi do secretariado da própria Comurbeiras.

Mas, o que é facto é que fazem reunir novamente uma intermunicipal, com cerca de 50 membros, com senha de presença e ajudas de custo, por causa de uma situação que era perfeitamente resolvida com um telefonema, como muitas vezes são resolvidas outras. A comunicação serve para isso, e não havia necessidade de chegar aquela situação.

José Robalo, apresentou uma recomendação. Eu e os colegas que, na beira interior, temos territórios deprimidos e empresas municipais que apenas exercem funções, em áreas sociais como: educação, cultura, desporto e o lazer, estamos a trabalhar nesse sentido, porque entendemos que essas empresas deverão ter, obrigatoriamente um regime de excepção, porque elas são no fundo, um prolongamento da atividade municipal.

Enquanto o governo não entender isso, acho que está a agir de má-fé, e cabe-nos a nós, neste pouco tempo que resta, fazer-lhe ver que estão enganados. A nossa função é, também, a de transmitir o sentir local, e o facto da moção ter sido aprovada com uma significativa maioria, faz com que eu me sinta mais legitimado para fazer essa defesa.

António Gata, também concordo com a colocação de sindética em alguns troços. Relativamente ao destigar lâmpadas, mandamos os nossos técnicos fazer o trabalho de inventariação e monitorização. Um trabalho com moderação, colocando-se no lugar do munícipe, de forma a que o trabalho seja eficaz e que apenas sejam eliminados os candeeiros que não estejam a fazer a sua função principal de segurança e bem estar.

É evidente que tanto nós como os técnicos podemos, não acertar com o corte dos candeeiros que seriam necessários. Nessas situações há sempre a possibilidade de, através dos nossos serviços, fazer chegar uma reclamação, para podermos otimizar o programa. Mais uma vez vou tentar sensibilizar a PT da necessidade de resolução célere do problema.



Francisco Barrios, concordo com o que disse relativamente às Jornadas da Capela Arraiana. As jornadas mereciam ter tido muito mais gente, mas tiveram uma virtude enorme: a de ajudar a construir uma rede de parcerias e afetos que nunca mais se separaram. Os nove presidentes que cá estiveram, com as nove tipologias de manifestações de tauromaquia popular, nunca mais se vão separar, porque quer seja aqui, em Barrancos, Montalegre, Ponte de Lima, Angra do Heroísmo, ou Coruche, vão juntar-se e fazer mais fóruns, mais encontros, para discutir estas temáticas. Portanto, o facto mais relevante, foi o do intercâmbio e da vontade que surgiu de criar um agrupamento de municípios com tauromaquia popular.

Marisa Sofia, relativamente ao aldeamento em Malcata, continuamos a aguardar. Vai fazer três anos que estive em Lisboa para começar o processo de alteração do Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal, junto do INAG. Neste momento já está tudo aprovado para ser alterado este plano de pormenor que permitirá que o promotor possa construir alojamentos a 150 metros do nível pleno de armazenamento da barragem. Caso assim não fosse apenas se poderia edificar a 250 metros de distância. Essa alteração, já esteve em inquérito público, aguardando-se agora publicação em diário da república. Logo que publicada estamos em condições de fazer exigências ao promotor. Até agora nada podemos exigir.

Do valor indicativo de 600 mil euros para a aquisição de 40 hectares de terrenos, neste momento gastámos cerca de 250 mil euros, ou seja, adquirimos cerca de metade. Logo que aqueles terrenos sejam propriedade da Câmara e com o plano de ordenamento aprovado, aquilo é uma mais valia para a Câmara. O dinheiro nunca se perde, porque os terrenos serão sempre património do município, está classificado e pode receber esse tipo de infra-estrutura.

No dia em que a alteração for publicada, telefonarei ao promotor dando-lhe conhecimento do facto por forma a que possa iniciar os trabalhos, se ainda se mantiver o interesse. Se assim não for, outras oportunidades surgirão.

José Cunha, iremos verificar o que não ficou bem feito, pois é uma questão de fiscalização.

Presidente da Junta de Freguesia do Sabugal, relativamente às passadeiras da Rua Cidade da Guarda, incumbi o Chefe de Divisão de fazer um plano para colocação de 14 passadeiras em todo o concelho, inclusive nesta zona. Portanto o assunto está a ser tratado.

Anotei a chamada de atenção relativamente ao terreno municipal ocupado nos dias de mercado bem como anotei o pedido de marcação de estacionamento no Largo da Fonte.

Relativamente ao Cró, a Câmara desenvolveu ao longo dos anos, cada um por sua vez, dois projectos: 1- os arranjos que custaram 3 milhões de euros. 2- a construção do balneário, que

custou cerca de 5,2 milhões de euros. Recentemente abrimos um concurso público, em que um privado concorreu e ganhou, ficando com a concessão da exploração, mas, ficando também com a obrigação de construir uma unidade complementar ao balneário, um de hotel rural.

Esse hotel tem um valor de 3 milhões de euros e garantia de financiamento QREN. Acontece que a franja de terreno onde estão implantados o balneário, os arruamentos, e onde se pretende construir hotel, está em rede Rede Natura 2000. Como o hotel tendo mais de 20 quartos, é obrigatório estudo do impacto ambiental. O promotor privado está a fazer esse estudo, que já está em fase de aprovação.

Paralelamente a Câmara tem todo o interesse em desenvolver algo mais amplo para os 42ha de terreno que tem na zona do Cró, a que chamamos plano de pormenor. Este plano de pormenor não vai intervir nada com o momento atual da construção do hotel. O plano pormenor é um plano que a Câmara tem interesse em desenvolver para que no futuro, sempre que apareça um investimento naquela zona, tenha enquadramento legal. O que se está agora a fazer, é aguardar o estudo de impacto ambiental, feito pelo promotor privado, com vista à obtenção da declaração de impacto ambiental, para que ele possa avançar com a construção do hotel.

Entretanto, o projecto de arquitectura do hotel foi aprovado quer pela Câmara quer pelo Turismo de Portugal. As especialidades entraram na Câmara e ele, se assim o entender, está em condições de solicitar a emissão de uma licença parcial para começar a construção das infraestruturas.

Trata-se de um empresário no qual confio plenamente e só temos de dar graças a Deus pelo facto de haver gente, que nestes tempos difíceis, ainda consegue ter motivação para investir num território como o nosso.

Relativamente ao encerramento do tribunal tenho desenvolvido alguma pressão a todos os níveis, e estou esperançado que as coisas evoluam positivamente. O que me informaram foi que não haveria encerramento de qualquer tribunal, antes do 1 de Janeiro de 2014.

Relativamente à questão da funcionária. Trata-se de uma técnica superior, que por sinal é chefe de divisão, tem isenção de horário, justificou o procedimento e o processo foi arquivado, por falta de provas. Quando alguém tem isenção de horário, não tem um controle de horário rígido.

Retomando a palavra o Presidente da Assembleia disse que, não havendo mais intervenções, se passaria à discussão dos assuntos da:.....

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA-



O Presidente da Assembleia tomou a palavra para dizer: “ antes de dar a palavra aos senhores Deputados sobre este assunto, permitam-me que faça um pequeno ponto de situação desde a última Assembleia até esta, no sentido de que os senhores deputados fiquem a saber o que se passou neste período. Em primeiro lugar e, permitindo-me fazer um comentário, não tenho neste momento divida absolutamente nenhuma de que a Assembleia da República, nomeadamente a sua maioria absoluta, agiu de completa má-fé, em relação a esta situação. E, quando digo que agiu de completa má-fé em relação a esta situação, quero dizer que, tendo a Assembleia Municipal feito uma pronúncia contra a reorganização administrativa, e interpretava esta Assembleia Municipal, nomeadamente eu, enquanto Presidente da Assembleia Municipal que a Unidade Técnica criada a nível da Assembleia da República faria a proposta de agregação de freguesias de acordo com a lei e, que essa proposta seria submetida à aprovação da Assembleia Municipal. Ora a interpretação da maioria dos senhores deputados da República foi: nós já nos tínhamos pronunciado, já não tínhamos que dizer absolutamente nada. Este argumento é de tão má-fé que, mesmo em relação às Assembleias Municipais que se pronunciaram de acordo com a lei e, falo por exemplo nos Municipios e nas Assembleias Municipais do Fundão e da Covilhã, a Unidade Técnica depois de ter recebido a pronúncia dessas Assembleias Municipais decidiu uma coisa completamente diferente e, mesmo tendo solicitado novamente parecer a essas Assembleias Municipais manteve a proposta inicial. Isto para mim, quer dizer que, aquilo que a Unidade Técnica decidiu era aquilo que estava decidido.-----

Tivemos assim, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, conhecimento de uma proposta de agregação que, penso que os senhores deputados que aqui estão sabem qual foi e, que naquilo que já se tinha falado, nomeadamente numa reunião da Comissão Permanente da Assembleia Municipal que tinha havido, a única novidade que trazia, verdadeiramente novidade, era a proposta de agregação das freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António, com um argumento perfeitamente falacioso, pois a Unidade Técnica olhou para o mapa e considerou que a freguesia de Aldeia de St.º António se limitava ao chamado Bairro dos Carteiros, do lado de lá do rio, esquecendo que a realidade e o território da freguesia de Aldeia de St.º António não se limitava ao tal Bairro dos Carteiros mas, tinha outro contexto territorial que não tinha nada a ver com isto.-----

Ainda antes de termos a informação oficial, eu, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, e o Senhor Presidente da Câmara oficiámos as Juntas de Freguesia e as Assembleias de Freguesia que estavam envolvidas neste processo de agregação no sentido de lhes pedir a sua opinião. Pedida esta opinião recebemos a resposta das Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia de Aldeia de St.º António e da Junta de Freguesia do Sabugal contra a agregação, considerando que não havia justificação, que, os argumentos que estavam indicados para haver esta agregação não se justificavam. Recebemos também o parecer da Freguesia da Lomba dizendo que concordava com a proposta de agregação que tinha sido feita e o parecer da Assembleia de Freguesia dos Forcalhos dizendo que a terem que ser agregados preferiam ser agregados a Aldeia da Ponte e não à Lagoosa da Raia como propõe a Unidade Técnica.-----



Com base nestes pareceres que foram recebidos, novamente e, quero salientar que eu, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, e o Presidente da Câmara Municipal estrevemos sempre em sintonia, e portanto este trabalho foi sendo desenvolvido sempre em perfeita coordenação entre os dois.-----

Assim, e face a estes pareceres, elaboramos uma contestação à proposta de agregação que tinha sido apresentada pela Unidade Técnica da Assembleia da República, nomeadamente no que dizia respeito à questão do Sabugal – Aldeia de St.º António e aos Forcalhos.-----

A resposta, pelo que se sabe, foi ignorar os nossos argumentos, e o que fora aprovado é aquilo que está aprovado, mantendo-se a proposta da Unidade Técnica, isto é: Sabugal – Aldeia de St.º António; Forcalhos – Lagoosa da Raia; Ruivina – Ruivós e Vale das Éguas; Pousafoles do Bispo – Pendalobo e Lomba; Vilar Maior - Badamalos e Aldeia da Ribeira; Santo Estevão – Moita.-----

É esta a situação neste momento, a lei foi aprovada, estará em preparação para ser enviada para a Presidência da República, e não sabemos se o Presidente da República promulgará a lei ou se enviará para o tribunal Constitucional, se a vetará mas, isso é uma situação que neste momento nos ultrapassa. É este o ponto da situação.”-----

Entretanto foi entregue na Mesa a Moção que se transcreve:-----

“MOÇÃO

“As autarquias constituem um dos pilares da democracia.-----
Permitem a participação dos cidadãos na gestão da coisa pública e nas decisões que interessam em concreto às populações.-----

Pela sua proximidade promovem a melhoria do nível de vida das populações em termos de acessibilidades, transportes, acesso à saúde, educação, cultura e prática desportiva.-----

A identidade coletiva, a coesão social, a história secular de cada Freguesia não pode simplesmente apagada. Cada Freguesia tem a sua própria origem, a sua história, a sua identidade, os seus usos e costumes e a população de cada localidade, já para não falar do papel social das Juntas de Freguesia.-----

Consideramos que a agregação de qualquer Freguesia, principalmente em zonas do interior, significa a sua perda de identidade, trará menos eficiência e qualidade junto das populações, eliminará mais um serviço público fulcral e de proximidade, o que no interior provocará mais despovoamento e desertificação dos territórios.-----



A reorganização administrativa imposta pelo Governo ignora a realidade social e económica de cada concelho e região, não passando de uma tentativa experimentalista e precipitada que resultará numa perda de autonomia dos municípios e no enfraquecimento da coesão local e nacional.-----

O descontentamento é geral.-----

Já se encerram Escolas, urgências nos Centros de Saúde, entre outros serviços da maior importância. Assim como as Finanças e o Tribunal, estão também em risco.-----

O Partido Socialista do Sabugal exige ao Senhor Presidente da Câmara, Eng.º António Robalo, pertencente ao partido do Governo, que agora dá uma forte machadada no Poder Local, a tomada de uma atitude firme contra tão grande desprezo demonstrado às populações do Concelho do Sabugal.--- Os Órgãos Autárquicos, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, devem pronunciar-se mais uma vez contra e adotar todas as formas de luta para evitar que tamanha desumanidade se venha a efetivar.-----

Assim sendo o PS Sabugal propõe que a Assembleia Municipal do Sabugal Vote contra a extinção/anexação de freguesias do seu concelho e que a Câmara Municipal, executivo Municipal e concretamente o Senhor Presidente da Câmara, Eng.º António Robalo, intente as providências cautelares necessárias e preste o apoio necessário em termos financeiros e institucionais às Juntas de Freguesia do Concelho para estas poderem lutar contra tamanha injustiça.-----

Faca-se chegar a decisão e votação desta Assembleia Municipal ao Governo e Assembleia da República.-----

Concluída a leitura o Presidente da Assembleia perguntou se algum membro da assembleia se queria inscrever para intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a:-----

João Manata que disse: “em primeiro lugar estou de corpo e alma com esta Moção apresentada pelo Grupo do Partido Socialista. Em segundo lugar, nem eu, nem os senhores presidentes da Juntas de Freguesia de Lomba, Forcalhos, Sabugal, ou outra qualquer freguesia, foram eleitos para extinguir freguesias. Quando se apresentaram ao povo, não foi com um mandato para extinguir as Juntas de Freguesias. Isso é ponto assente. A extinção de qualquer Junta de Freguesia é uma traição ao povo que os elegeu. E, os senhores Presidentes de Junta, devem estar sempre ao lado das populações contra a extinção das juntas no nosso concelho.-----

E, como a Moção diz, e muito bem, devem pedir apoio à Câmara para interpor providências cautelares. Este é um processo que, mesmo que venha a ser promulgado pelo Presidente da República,



(porque o Presidente da República é um bananas e, como tal irá promulgar a lei) não está, de maneira nenhuma, encerrado (embora o inquilino atual do Palácio de Belém não nos habhine à tomada de posições, porque esse homem que lá está é um bananas, desculpem falar assim do Presidente da República mas, é o que eu penso dele), porque há providências cautelares que podem vir a ser aceites e, isto até pode ser um imbróglho terrível.-----

No outro dia ouvi o senhor presidente da ANAFRE a dizer o seguinte: "e se depois das eleições autárquicas se declarar a inconstitucionalidade?" "Como é que descadem a bola? Por isso, senhores presidentes de Junta, acima de tudo das freguesias que poderão vir a ser extintas (porque isto não é uma agregação, isto é uma extinção) não deixem extinguir a vossa freguesia, porque estamos a matar as nossas aldeias".-----

Nuno Teixeira " só queria perguntar se o Sr. Presidente da Câmara leve em conta e se vai dar seguimento à sugestão que lhe foi apresentada numa reunião de câmara, por parte dos vereadores do Partido Socialista, para interpor a providência cautelar."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Bismula, que tomando a palavra disse: " sobre esta matéria direi apenas que, há dias ouvi um comentário na TV24, que não me agradou, e que foi: O poder é nómada anda com a casa às costas de 4 em 4 anos, rotativamente. Ora somos nós, ora sois vós. Portanto, a reforma não me parece ser do território mas do mundo. Havia anexações ao Poder Local no intuito de reduzir o número de freguesias, reduzindo os mundos, criando-se reinados temporários.... mas é de prever as situações com resultados embaraçosos. Eu pergunto, há alguma coisa que tivesse sido publicada sobre este assunto, ou será apenas de um comentarista que se apressou deitar ferradura nestes termos?"-----

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia de St.º António, depois de cumprimentar os presentes disse: " pedi a palavra porque Aldeia de St.º António é uma das visadas. Fomos apanhados completamente de surpresa. Relativamente a este assunto nós aprovámos uma Moção que já fizemos chegar à Mesa da Assembleia, antes mesmo de vocês terem comunicado conosco."-----

Tive o cuidado de ir lendo os documentos que iam saindo da Assembleia da República e convoquei uma assembleia de emergência, para tomarmos uma decisão. Decisão essa, que após pedido de audiência aos grupos parlamentares, e depois de me ter deslocado à Assembleia da República para falar com cada um deles, tive apenas resposta da esquerda. Do poder nem sequer se dignaram dizer: não temos tempo para te aturar. Regressei, muito desanimado.-----

Quero manifestar aqui, perante todos os presidentes de junta e membros da assembleia municipal, que isto foi uma machadada total para a nossa freguesia, porque para além de não sermos uma freguesia que estivesse dentro de qualquer dos parâmetros, tanto da Lei n.º 22 como do Livro Verde, não estávamos dentro de nenhum dos parâmetros que eles usaram para justificar a barbaridade que



cometeram. Não tem justificação. Julgo que voltámos ao tempo do salazarismo. Eu não vivi nesse tempo mas, não me faz lembrar outra coisa senão a do: quero, posso e mando. Faço, e vocês orientem-se. Só para terminar. Ninguém me recebeu. Já pedi ao senhor Presidente da Câmara, apoio jurídico para contestar esta decisão. Espero que o senhor Presidente, com o gabinete jurídico e/ou até com a contratação de um jurista experiente na matéria, consiga interpor uma providência cautelar, seja o que for, para impedir, atrasar ou aniquilar a injustiça que estão a cometer com a nossa freguesia.-----

Caso nada disto resulte, e em último caso, tentarei, por todos os modos, com o apoio do povo, Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia, dissuadir toda a gente, para que ninguém vote nestas eleições autárquicas.-----

Gostava de pedir o apoio da Junta do Sabugal, pois só agora tomei conhecimento que tinham apresentado também um ato de contestação a esta situação. Acho que o povo é que manda. O povo é que diz onde quer pôr a "cruzinha". Se não a quiser pôr em lado nenhum.... julgo que podemos reverter este processo. Lá em baixo não querem saber de nós. Já nos fecharam tudo e mais um par de bolas, e querem continuar a fechar.-----

Presidente da Junta de Freguesia dos Forcalhos que depois de cumprimentar os presentes disse: "*foi solicitado por V. Ex. que nos pronunciássemos sobre este assunto. O senhor fez a cronologia de todo este processo, e sabe que todos votámos contra. Não tendo nós a força que tem a Aldeia de St.º António, não podemos falar da mesma maneira. No entanto, tendo sido dito aqui que os Forcalhos se tinham pronunciado para, não ir para aqui e ir para ali, agradecia que fosse lido publicamente o que Forcalhos lhe fez chegar, no intuito de que isto chegasse à Assembleia da República.-----*

Tomando a palavra o **Presidente da Assembleia**, disse que a contestação feita, conjuntamente pelo Presidente da Assembleia Municipal e pelo Presidente da Câmara, em que era concretamente referida, a questão dos Forcalhos, tinha sido acompanhada pelo parecer emitido pela Junta, que se transcreve: "*Ismael Pinheiro Carlos, presidente da Junta de Freguesia de Forcalhos vem dar resposta ao solicitado na correspondência referenciada em 83/2012 sobre o assunto. É do nosso entendimento que a nossa freguesia deve continuar a existir como tal, tendo em conta que é uma das mais antigas do Concelho e que está distante de 30 Km da sede do mesmo, essa seria a nossa posição. Mas pela força da lei agora votada na Assembleia da República, vimos solicitar a V. Excia que se digne fazer chegar a quem de direito a vontade dos habitantes da Freguesia e corrigir aquilo que pensamos ser falta de conhecimento e sensibilidade por parte da "UTRA T", passamos a concretizar a nossa pronúncia após consulta do Plenário.-----*

Tendo o presidente do Plenário convocado uma reunião com os eleitores e executivo da freguesia para a leitura do conteúdo enviado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou-se



conhecimento da vontade dos eleitores que nos permite pronunciarmo-nos da vontade da grande maioria dos presentes a agregação à Freguesia de Aldeia da Ponte.-----

Justifica-se esta pronuncia pelos melhores acessos na deslocação do dia-a-dia, sendo esta freguesia local de passagem obrigatória, quer para a sede do Concelho, quer para a sede do Distrito ou para qualquer ponto do país.-----

Vem esta Assembleia de eleitores e seus órgãos eleitos pedir aos Senhores Presidente da Assembleia Municipal do Sabugal e Senhor Presidente da Câmara Municipal do Sabugal diligenciar para que na Assembleia da República seja respeitada a vontade dos habitantes desta Freguesia, até porque tendo em conta o art. 8º, alínea b) da Lei n.º 22/2012 contraria o que agora foi estipulado no que à nossa Freguesia diz respeito pela respetiva "UTRA T".-----

Esperando que seja respeitada esta solicitação, subscreve com elevada consideração. "-----

Feito este esclarecimento o Presidente da Assembleia passou a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse: “*Relativamente a este assunto, a própria Comar-beiras tentou junto do gabinete de juristas, enquadrar os fundamentos da colocação de uma providência cautelar relativamente a este assunto. Tendo sido apresentada como inconclusiva, daria aso a que não tivesse possibilidade de vingar.*-----

Eu, com o Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia de Srº António, já tentamos encontrar outras formas de luta e há, neste momento, a possibilidade de nos associarmos a outros movimentos de freguesias que também estão a trabalhar estas matérias. Da parte da Câmara o que posso dizer é que haverá disponibilidade para que, cada um de “per si”, seja acompanhado na apresentação do modelo que outras freguesias também estão a apresentar, no sentido de contestar esta decisão.-----

Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia**, pôs a Moção à votação, tendo sido **aprovada**, por maioria, com 4 abstenções, tendo sido feitas as seguintes **declarações de voto**:-----

Nuno Teixeira “*queria apenas, em nome dos eleitos do Partido Socialista e, em meu nome pessoal, mostrar a disponibilidade para ajudar em tudo o que for preciso, tanto à Câmara como às Juntas de Freguesia*”-----

António Serra: “*concordo plenamente com o que foi referido nessa Moção mas, nunca iria votar uma proposta apresentada em nome do Partido Socialista.*”-----

PONTO 2 – 4 REGULAMENTOS MUNICIPAIS NO ÂMBITO DO “LICENCIAMENTO ZERO”-----



Tomando a palavra o **Presidente da Assembleia** disse que apesar de serem apresentados num único ponto, estes regulamentos seriam votados cada um de "per si". De seguida passou a palavra ao **Presidente da Câmara** que, tomando-a disse que a elaboração destes regulamentos decorria de nova legislação publicada com o objectivo de implementar e agilizar as relações entre as instituições públicas/entidades públicas, os empreendedores e os munícipes em geral.-----

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da assembleia se pretendia intervir. Não havendo inscrições pôs os regulamentos à votação, que foram aprovados da seguinte forma:

1. **Regulamento de Ocupação do Espaço Público e Publicidade do Município de Sabugal.**
Aprovado, por unanimidade.
2. **Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais no Município de Sabugal.**
Aprovado, por unanimidade.
3. **Exercício de Atividades Diversas no Município de Sabugal.** Aprovado, por unanimidade.
4. **Venda Ambulante no Município de Sabugal.** Aprovado, por unanimidade.

PONTO 3 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse: “ este ponto aparece agora, (já deveria ter sido presente na sessão de Junho) por, avanços, recuos e algumas indecisões, na aprovação das Contas da E.M. Sabugal+. Aprovadas que foram, a E.M. Sabugal+ consolida as contas com a câmara municipal, e este documento é o resultado dessa consolidação.-----

A título informativo direi que, para além desta empresa, em que a Câmara detém um capital de 100%, existem outras como: a Resistrela, com uma participação de 3,26%, as Água do Zêzere e Côa, com uma participação de 1,3%. Tínhamos uma outra empresa, da qual a E.M. Sabugal + detinha um capital social de 49% - a Côacamping, que foi extinta e o património foi liquidado.”-----

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da assembleia pretendia intervir. Não havendo inscrições, pôs o documento à votação, tendo sido **aprovado**, por maioria, com 8 abstenções:-----

PONTO 4 : PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA VISÃO, MISSÃO, PRINCÍPIOS E VALORES A ADOPTAR PELOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, O MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA E O NUMERO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS”.



O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara, que disse “ este assunto tem a ver com a nova estrutura de dirigentes do município. Em setembro tinha sido aprovada uma estrutura com 3 unidades orgânicas lideradas por um chefe de divisão (dirigente intermédio de grau 2), conforme alínea b) do n.º1 do artigo 8º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. Foi ainda aprovada uma unidade liderada também por um chefe de divisão, conforme n.º 1 do artigo 21º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e uma unidade liderada por um dirigente intermédio de grau 3.-----

Computada posteriormente a legislação, verificou-se que não era necessário introduzir uma quarta divisão pela via do n.º 1 do artigo 21º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, mas introduzi-la automaticamente, porque a razão da situação financeira do município, o permitia. Podia optar-se por um diretor de departamento ou um chefe de divisão. Optámos por consolidar quatro chefes de divisão e um dirigente intermédio de grau 3, que designamos, chefe de serviço. É esta a alteração do artigo 6º que se propõe, de forma a que possamos funcionar com cinco unidades orgânicas”.-----

Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia pôs o assunto à votação que foi aprovado, por maioria, com uma abstenção e um voto contra.-----

PONTO 5 :AUTORIZAÇÃO GÉNÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara que disse que era uma situação que decorria da obrigatoriedade legal de que, quando os contratos de aquisição de bens, serviços ou empreitadas tivessem encargos financeiros repartidos, em mais de um ano económico, e se superiores a 99.759,57€, era obrigatória autorização prévia da assembleia. Assim apresentou a proposta se transcreve:-----

“ Considerando:-----

1. O disposto no artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, adaptado à Administração Local, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização conferida pelo órgão deliberativo salvo quando:-----
 2.
 - a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----
 - b) Os seus encargos não excedam o limite de 20.000 contos (€ 99.759,57) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos;-----



3. *Que, conforme dispõe a alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos compromissos e pagamentos em atraso), a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimentos ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal, quando envolvam entidades da administração local;*-----
4. *Que, nos termos do artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.*-----

Propomos, face aos considerandos enunciados, e ao abrigo das disposições legais e enquadramento supra citados, que a assembleia municipal do Sabugal delibere (em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho):-----

1. *Para efeitos da alínea do nº1 do artigo 6º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:*-----
 - a) *Quando resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;*-----
 - b) *Quando os seus encargos não excedam o limite de 100.000,00 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos;*-----
 2. *A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;*-----
 3. *Em todas as sessões ordinárias da assembleia municipal deverá ser presente uma listagem compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.*-----

Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia** pôs o assunto à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade.-----

PONTO 6: DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS GOP'S PARA 2013-2016

PONTO 7: DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2013 E MAPA DE PESSOAL

Tomando a palavra o **Presidente da Assembleia** disse que estes dois pontos da ordem de trabalhos seriam discutidos em conjunto, mas votados separadamente. De seguida passou a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse: “ para além dos documentos relativos às *Grandes Opções do Plano, e da apresentação técnica do Orçamento, queria deixar algumas notas sobre a sua elaboração e as condições em que foram desenvolvidos. Em primeiro lugar dizer que a elaboração de um orçamento, é um trabalho complexo, com a intervenção de grande parte dos técnicos da câmara,*



porque para além dos que, na contabilidade, trabalham os documentos, tem de haver compilação de informação de base relativamente ao que se prevê gastar ao longo do ano, por parte dos vários serviços:-----

Este é um orçamento atípico porque, enquanto nos anos anteriores, tínhamos défice de receita corrente e um valor de investimento elevado, a verdade é que no OGE 2013, dos 10 milhões de euros que cabem ao Sabugal, 80%, cerca de 8 milhões de euros, são receita corrente e 2 milhões de euros, receita de capital.-----

Também é verdade que os municípios ao longo dos anos, foram construindo novos equipamentos, como: piscinas, pavilhões, campos de futebol, museus, auditórios e praças de touros, que agora, é necessário manter, pois não têm sustentabilidade própria, porque entre outros fatores, não há pessoas para os rentabilizar e é chegado o momento em que é necessária verba corrente para os gerir. Olhando para os Presidentes de Junta de Freguesia: quantos são os que, nas aldeias, têm infraestruturas, e que, fazendo das tripas coração, as conseguem manter abertas? Uns conseguem, outros não, e isso tem a ver com a falta de verba corrente para poderem dinamizar esses espaços.-----

Recentemente a Câmara definiu os seguintes objetivos:-----

“1º. Melhoria da qualidade de vida dos Municípios, promovendo um serviço e espaço públicos de qualidade garantindo a inclusão, a integração, a solidariedade e bem-estar social; -----

2º. Rigor na gestão do Município, promovendo a sustentabilidade financeira da autarquia e garantindo o seu equilíbrio; -----

3º. Eficácia da gestão, promovendo a modernização administrativa e garantindo a formação e valorização dos trabalhadores e a celeridade e simplificação dos processos; -----

4º. Sustentabilidade e desenvolvimento do Município, fomentando a empregabilidade, a criação de emprego, o investimento privado e a fixação da população, dinamizando uma cidadania ativa por via do Desporto, Cultura, Educação e Lazer; -----

5º. Identidade territorial e urbanística, fomentando instrumentos de planeamento que garantam o desenvolvimento urbanístico equilibrado do concelho, a coesão demográfica e social, a dinamização das atividades económicas e a sustentabilidade económica da população; -----

6º. Promoção e afirmação da identidade, projetando externamente o Município nos contextos regional, nacional e internacional, promovendo o turismo nas suas múltiplas vertentes e valorizando os patrimónios do Concelho.” -----



como os objetivos estratégicos do Município para o ano de 2013, aprovados em reunião de 24/10/2012, e o plano de atividades e orçamento para 2013, enquadrar um conjunto de pressupostos financeiros e expectativas económicas muito difíceis, com natural reflexo e incidência para o atual exercício orçamental. -----

Tal como o documento apresentado em 2012, o plano e orçamento para o exercício de 2013 terá que ser um instrumento preventivo e austero, mas flexível e sensível aos sectores sociais, educativos e económicos. -----

O plano de atividades e o orçamento têm que ser preventivos, face à enorme indefinição da conjuntura económica e financeira nacional. Quando falo em orçamento preventivo, significa que temos que prevenir e estar preparados para qualquer eventualidade e ter a flexibilidade suficiente, para que, em caso de emergência, possam ser feitas as necessárias alterações.-----

Há também grande indefinição na economia europeia da zona euro, relativamente ao novo quadro comunitário de apoio para 2014-2020, com as consequentes medidas de ajustamento que o governo impõe às autarquias locais. -----

Quem contava que a meio do ano, mudassem as regras do jogo, e aparecesse a Lei nº 8/2012, aplicada às autarquias em 21/06/2012, exigindo compromissos para pagamentos e fixação de metas de pagamentos. -----

Não foi fácil, mas teve que ser feito, e por isso tivemos momentos extremamente difíceis, em que nem podíamos transferir dinheiro para as Juntas de Freguesia, nem fazer qualquer compra. Com um orçamento preventivo, apesar da conjuntura desfavorável, a Câmara tem vindo a reduzir o seu endividamento total, através de uma gestão rigorosa dos dinheiros públicos e de uma poupança nas despesas correntes. -----

O mesmo esforço tem sido realizado, nos últimos anos, na redução da dívida de curto prazo, num contexto desfavorável, de cortes de receitas do estado e da redução das receitas próprias, resultantes do abrandamento da atividade económica, permitindo a redução dos prazos de pagamento a empresas e prestadores de serviços. -----

O Plano de Atividades e Orçamento para 2013 para além de preventivo tem que ser austero. Austero porque temos que continuar a reduzir significativamente as despesas correntes, como: iluminação pública, aquisições de bens e serviços, projetos e estudos, transporte e telecomunicações.-----



Mas, apesar deste enorme esforço de poupança de verbas correntes, os cortes nas transferências do estado para as autarquias, associados à lei dos compromissos, obriga-nos, ainda a introduzir reduções nos apoios às atividades associativas, culturais e desportivas. -----

Já este ano, tivemos uma redução no apoio às atividades sociais, recreativas e desportivas, fruto do que também nos vão reduzindo, e de algumas penalizações que a Câmara tem, como por exemplo, o aumento da taxa para a Caixa Geral de Aposentações, que passou de 15% para 20%, o aumento do IVA da energia eléctrica, que passou de 6% para 23%, em que dum encargo de 600.000,00€/mês passou para 800.000,00€.-----

O plano e orçamento tem que ser flexível para permitir efetuar os registamentos necessários à atividade municipal, durante o ano de 2013, por forma a apoiar e prevenir situações de emergência e de fragilidade económica e social de famílias e de instituições que, o agudizar da crise económica e social, vai naturalmente exigir. Quem ler o plano pode verificar que houve a introdução de uma sistematização de apoios no âmbito de um Plano de Emergência Social.-----

O Município tem também de aproveitar bem os últimos financiamentos comunitários do QREN, com financiamento a fundo perdido de 85%, para assegurar, com estes investimentos, o reforço da competitividade do território, nas infraestruturas de água, saneamento, nas áreas de acolhimento empresarial, na qualificação de equipamentos educativos e na construção de equipamentos que potenciam a economia local.-----

O Município tem sido exemplar na arrecadação de fundos comunitários, o que demonstra a qualidade dos nossos projetos e a nossa capacidade política e negocial na sua aprovação junto do Governo e das Autoridades de Gestão Regionais e Nacionais. -----

As candidaturas ao QREN têm evoluído essencialmente nas áreas de: água e saneamento, atividades económicas, núcleos de localização empresarial, mobilidade territorial, estradas e turismo e promoção de visitação. Em relação a projetos turísticos, refiro dois recentemente aprovados pelo QREN. Um já executado e outro em curso. São eles: o das Portas do Côa e o da Reguificação do Castelo de Vilar Maior e Museu Vivo que vai, depois, buscar a Iluminação em Alfatães, e alguns a desenvolver em Vila do Toura. Estes são projetos com que já se contava, porque para novos ainda não há luz verde.-----

Toda a matriz de projetos está explicita no plano que, apesar dos condicionamentos e condicionantes do momento, considero um bom plano, porque não deixa de executar obras, algumas delas referenciadas há alguns anos, como por exemplo: a estrada Rebolosa - Aldeia da Ponte e a Av. António José de Almeida, Luís de Camões e o parque de estacionamento, atrás da caixa agrícola, para as quais brevemente será aberto concurso. Também não deixaremos de executar pequenas



obras de proximidade bem como de colaborar com as Juntas de Freguesia no trabalho de prospeção do que é mais importante na freguesia. Mas, acima de tudo, é um plano que poderá ser definido com três objectivos: preventivo, austero e atento às possibilidades de poder ser invertido. -----

Tudo o que procuramos é um território rural de excelência, que valorize os seus recursos endógenos naturais, paisagísticos e patrimoniais. Um território competitivo ancorado em fileiras produtivas de excelência. Um território com produtos e serviços de turismo e lazer de qualidade, um território empreendedor de projetos inovadores e impulsionadores do desenvolvimento económico e social, um território qualificado e sustentável, um território atrativo para viver, trabalhar e visitar. E quem vive trabalha, investe e visita, são as pessoas. Por isso é que trabalhamos para as pessoas.-----

Feitas estas notas, estou à vossa disposição para qualquer esclarecimento.-----

Terminada a apresentação dos documentos em análise o **Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum membro da assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Presidente da Junta de Freguesia de Rebolosa, que depois de cumprimentar os presentes e expressar os seus votos de Boas Festas, disse:” em primeiro lugar lamento que a Câmara não tenha ouvido as Juntas de Freguesia na elaboração do orçamento, porque elas também têm os seus orçamentos e gostariam de saber com o que contar. -----

Depois reparo que, nas transferências das verbas de capital, vamos ter uma redução de quase 50% em relação ao ano anterior. A verba seria de cerca de um milhão de euros e vamos ter apenas 357.000,00€ + 160.000,00€. Relativamente a despesas de capital, queria perguntar se a Câmara também vai elencar um conjunto de delegações de competências. Se são todas as que estão na lei e outras que seja possível, ou se nos limitaremos, como este ano, às que constam da listagem, que são cinco.-----

Relativamente às despesas correntes, vejo que está inscrita, uma verba de 277.000,00€, para as Juntas de Freguesia com o que me congratulo, mas gostaria de saber que delegações de competências está a Câmara a pensar fazer para a transferência dessa verba. Será que vamos receber novamente, as verbas para a limpeza urbana e arranjos de caminhos, que deixamos de receber há 2/3 anos?-----

Para terminar, congratular-me com obra da Estrada Rebolosa – Aldeia da Ponte, já incluída no orçamento para 2013. Todos os anos tenho falado nela, e, desta vez falo pela positiva. Só quem conhece a atividade económica da minha freguesia, compreenderá a importância que tem. Por isso agradeço ao executivo a sua aprovação e dizer que votarei a favor do orçamento.-----



Em resposta o **Presidente da Câmara**, disse que: “*tive uma reunião com as Juntas de Freguesia, no dia 12/11/2012, em que convoquei todas as Juntas, com o objetivo de abordar a problemática das verbas correntes e de capital, e a dificuldade que tinha em colocar no plano e orçamento, um valor de capital, similar ao anterior, podendo este ser contrabalanceado com verba corrente. Já agora, aproveito para referir que, embora tendo um milhão de euros afetos às freguesias, acabamos, todos os anos, por não entregar esse montante. Entregamos apenas 700/ 800 mil. É evidente que a lógica continuará a ser a mesma. A da transferência de verbas através da delegação de competências que, penso, até nem correu mal, porque quem necessitava de fazer obras fez, quem não necessitava não fez. Fará noutra altura. Houve um bom empenho e um bom desempenho do programa de apoio às Juntas de Freguesia.*-----

Mas, repito, vocês têm uma enorme responsabilidade de proximidade e de imagem da própria freguesia. Há freguesias que mereciam medalhas de brio, pela forma exemplar como têm as ruas e a limpeza urbana. Fazem-no sem ninguém lhes dar nada. São elas, através de mecanismos que conseguem arranjar.-----

António Gata que disse: “*entendo que este momento é, porventura, o mais importante de todos as assembleias municipais. Andisei este plano e orçamento e comparei-os com os do ano anterior.*-----

Na apresentação o senhor Presidente disse, que era um plano e orçamento atípicos. Eu disse, e tinha escrito, que era um plano coerente e realista, e fico muito satisfeito com isso. Gostei deste plano, mais do que dos anteriores, porque se aproxima mais do que é a nossa realidade-----

A razão essencial da minha intervenção tem a ver com a questão da dívida às Águas do Zêzere e Côa, porque tem grande impacto neste orçamento e eu não consegui apañhar o encadernamento da situação. Se calhar, também não consegui porque não sei qual o ponto da situação, neste momento.-----

Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que “*já o ano passado tinha pensado fazer o plano e orçamento desta forma, mas com a expectativa de ter mais disponibilidade de fundos comunitários, as obras colocadas em plano estavam empoladas, e por isso os 5 milhões de euros a mais. Este ano, o orçamento, para além das características apontadas de: austeridade, flexibilidade e prevenção, continua a refletir os objetivos estratégicos e os projetos importantes para o concelho. Se correrem o plano, constatarão que estão inscritos, embora com pouca verba, os projetos que consideramos importantes e se houver possibilidade de os lançar em determinado momento, temos que ter força, capacidade e agilização suficiente para os poder cabimentar, compromissar e pôr a concurso.*-----

Custa-me muito não ter dinheiro para fazer: os centros escolares, um projeto cultural- Fronteiras de Memórias, a criação de algumas acessibilidades que, seriam de extrema importância para o concelho mas, estão inscritos. Está dado claramente o sinal de que nesta data não é possível lançá-los. No

entanto, quero que fiquem inscritos porque são o selo de garantia de que este executivo concorda com eles e os acha importantes. Estão também inscritas, as várias estratégias de eficiência colectiva e as fontes de trabalho na área do turismo e do lazer que são os PROTERES do Vale do Côa, das Aldeias Históricas, do Termalismo e das Reservas Naturais do Bay Nature.-----

Relativamente à questão das Águas do Zêzere e Côa, estamos com o processo em Tribunal. Continuamos a colocar o valor da "suposta" dívida em provisão, ou seja, a dívida que as Águas do Zêzere e Côa acha que temos e nós achamos que não temos, para a eventualidade do Tribunal vir a obrigar a Câmara a pagar.-----

Já agora, refiro que foi assinado um novo memorando com o qual esperamos colocar as Águas do Zêzere e Côa, entre a espada e a parede, fazendo-lhe um ultimato: se a partir do próximo mês, não passarem a escrito os compromissos assumidos verbalmente, deixar-se-á de pagar. É que, no ano de 2012 andamos a pagar a água a 0.50€ e o saneamento a 0.55€, sem que este valor estivesse acordado, por escrito. Depois, nas faturas debitam: a água a 0.65€ e o saneamento 0.70€. Já estamos fritos desta situação. Por isso, assinámos este memorando que entregaremos a todos os membros do governo, porque vão ter que resolver o problema. Ou passam os valores a escrito e começamos a pagar, o razoável ou, então, deixamos de pagar qualquer valor. Neste momento a nossa dívida com as Águas do Zêzere e Côa mantem-se aos níveis de 2011, ou seja cerca de 2 milhões de euros.-----

Nuno Teixeira, disse que: " Pela análise dos documentos, Orçamento e Grandes opções do Plano para o ano 2013, e das opções políticas aí plasmadas, que se apresentam desgarradas, desconexas, sem definição de qualquer estratégia ou rumo para o concelho do Sabugal, afirmamos que não nos revemos na essência destas propostas, não sendo este o nosso Plano e o nosso Orçamento. As Grandes Opções do Plano não são mais do que um mero rol descritivo de investimentos, projetos e objetivos sem qualquer ligação entre eles impossibilitando a sua investigação e potenciación. Neste sentido, o nosso voto não poderia ser outro que um voto contra esta proposta.-----

É um voto consciente e ao mesmo tempo doloroso uma vez que o que está em causa é o nosso estimado Concelho. Este voto está baseado e fundamentado em diversos factos que passo a expor.-----

A elaboração destes documentos deveria resultar de um debate, durante o qual poderiam ter sido obtidos contributos que o enriquecessem, respondendo aos verdadeiros anseios das populações e às suas verdadeiras necessidades.-----

Como já foi referido pelo meu Camarada e Presidente da Junta da Rebolosa seria benéfica a introdução do **Orçamento Participativo**, metodologia que tem vindo a ganhar adeptos em Portugal.



Consideramos que, sobretudo em períodos em que os recursos são escassos, o envolvimento das populações na identificação das suas necessidades prioritárias otimiza os resultados.-----

Consideramos este Orçamento e GOP documentos meramente eleitoralistas onde o desenvolvimento do Concelho e por conseguinte o futuro das suas populações mais uma vez se coloca em causa e se adia.-----

Esta é sem dúvida um Orçamento e GOP novamente marcados pelos adiamentos.-----

Mantém o adiar de decisões que urgem resolver.-----

Indefinição no que se pretende em relação à Rede Viária intraconcelhia e uma urgente ligação a uma Autoestrada – caso concreto da ligação à A23.-----

Indefinição quanto à estratégia global que se pretende para o turismo no Concelho. Quais os investimentos potenciadores de criação de sinergias.-----

Indefinição em relação ao que fazer à Empresa Municipal Sabugal+. As verbas mantêm-se no orçamento para 2013.-----

Indefinição quanto ao projeto de construção em Malcata de um complexo de «Residências Turísticas Assistidas» e uma unidade hospitalar pela empresa Existence SGPS SA.-----

Indefinição quanto ao aproveitamento de todas as potencialidades proporcionadas pelo rio e barragem.-----

Indefinição quanto à seleção dos projetos estruturantes para o concelho que permitirão, de uma vez por todas, definir um ritmo e alavancar o desenvolvimento do mesmo.-----

Os tempos não são de indefinição mas de decisão. É o futuro do Concelho do Sabugal e das suas gentes que está em causa.-----

Este orçamento é um orçamento confuso, de muitas promessas e falácias. Esconde, e quer fazer esquecer, no ano 2013, três anos de má governação, desperdício de dinheiro e adiamento de investimentos prioritários e urgentes para o Concelho do Sabugal.-----

É o orçamento das verbas a definir (3.882.345€)! Estas representam cerca de 43% das verbas definidas (9.132.909€).-----



*Isto pode significar duas coisas:-----
Ou são falsas promessas e não se realizam. Verbas a definir significa que não existem. Assim, projetos dotados com verbas a definir dificilmente se concretizarão. Refina-se que o montante é avulso, 3.882.345,00€, colocando-se desta forma todos os projetos que têm verbas a definir em dívida:-----*

Ou o executivo durante este mandato, os últimos três anos, não investiu o que podia e devia, sacrificando e adiando o desenvolvimento do Concelho, criando agora uma almofada financeira para fazer um orçamento eleitoralista que não defende os interesses gerais dos munícipes.-----

Ficamos a aguardar o saldo da gerência de 2012 para ver qual destas duas hipóteses ganha forma e em que projetos irá ser aplicado o mencionado saldo.-----

Qualquer uma delas revela uma má política para o Concelho do Sabugal.-----

De uma análise aos elementos que integram as GOP e o Orçamento, constatamos que esta vem confirmar as preocupações que temos manifestado quanto à falta de planeamento atempado e indefinição na tomada de decisão e traçar de objetivos para o Concelho.-----

Não aceitamos que a educação não seja uma prioridade para este Executivo. Apenas estão previstos gastos de 376.174€. De uma verba prevista nas GOP de 201 de 2.057.754€ passou-se para um montante para 2013 de 376.174€. Uma redução de cerca de 82% nas verbas definidas para a educação. Mais! Foram aliadas para 2014 e 2015 os Centros Educativos do Sabugal e do Soito”.-----

Em resposta o Presidente da Câmara disse: “ onvi com muita atenção o que foi dito e só gostava de ter absorvido alguma ideia, algum projeto que estivesse nesse rol, porque é extremamente fácil, pegar num plano já desenvolvido, e verificar que só há isto para isto, só há aquilo para aquilo, deveria haver mais. Também acho. Se tivéssemos um plano de mil milhões de euros, se calhar nem esse resolvia todos os problemas que temos. Tive oportunidade de dizer que este era um orçamento preventivo, austero e realista, com possibilidades de se desenvolver. -----

Perguntou a que obras, o saldo de gerência, se destinava. Neste momento não sei, mas se houver um saldo de gerência de um milhão e duzentos mil euros, poderá ser para alguma das obras inscritas com pouca verba, que venha a ser aprovada no QREN. O que sei, é que há a necessidade de potenciar o dinheiro que vem de fora, e essa é a única estratégia que existe.-----

Falou ainda do novo Quadro Comunitário e das Estratégias para o Turismo Há aqui gente que deveria ter estado nas Jornadas de Turismo, desenvolvidas há dias, para terem aprendido, de uma vez

por todas, que o turismo, ou se trabalha em parcerias regionais, ou a nível local, é difícil e só arranjam os paliativos politicamente corretos.-----

Será preciso andar quatro anos a dizer-vos que o Município do Sabugal está inserido em 4 Estratégias Turísticas Regionais? Será preciso dizer que o Sabugal:

- Está no desenvolvimento do Plano Integrado de Património e Turismo do Vale do Côa,
- Está integrado no Plano das Aldeias Históricas de Portugal;
- No âmbito do territorialismo está associado às Termas de Portugal, e tem um Plano de Promoção e Marketing no âmbito das Termas de Portugal
- Faz parte da Rede de Judiarias;
- Faz parte dos aglomerados com fortalezas de fronteira;
- Faz parte dos municípios com núcleos históricos

Isso é que são redes, e é aqui que têm que se dinamizar os projectos. Quando falo de parcerias de públicos e privados, estou a falar deste tipo de trabalho. É um trabalho de capitalização de vontades em redes construídas a nível regional.-----

Agora, não ouvi falar de nenhum projeto em concreto. Só disseram que já não se construíra centro escolar do Soito e do Sabugal. É óbvio que não, se não houver dinheiro. Se houver dinheiro, construímos, pois estão inseridos em plano e orçamento, como prioridades. Não me espanta um discurso destes e até me facilita a vida, porque quando se escreve demais, erra-se demais, e errar demais foi aquilo que fizeram. O que está aí é um conjunto de erros sucessivos, que descredibiliza completamente quem o leu e quem o apresentou. É por essa razão que, às vezes não respondo, porque ao fazê-lo alinhava pelo mesmo tipo de bitola e, isso, não me valoriza.-----

Presidente da Junta de Freguesia de Rebolosa, pediu a palavra para dizer: “ o senhor Presidente falou de uma reunião a 12/11/2012. Quero que fique bem claro que não faltamos a reuniões dessa importância. Essa reunião foi convocada para que, técnicos da CCDR e técnicos de contabilidade das Juntas, fizessem uma ação formação no sentido de melhorar procedimentos.-----

Quando há reuniões que considero importantes, eu ou algum membro da Junta está presente. Nesse dia falei com o contabilista da Junta e como estávamos com outros afazeres, entendemos, não ser prioritária a nossa presença. Este esclarecimento é só para que não fique qualquer dúvida sobre o assunto.-----



Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que, de facto essa reunião estava marcada para as 17:30 horas, mas tinha-a convocado para as 17 horas, de forma a poder falar com as Junta de Freguesia. Poderia ter havido algum problema de comunicação, mas que, efectivamente, a reunião se realizara.---

Retomando a palavra e não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia**, pôs os documentos à votação. Assim:-----

- **GP's do Município para 2013-2016**, foi aprovado, por maioria, com 7 votos contra e 11 abstenções.-----
- **Orçamento do Município para 2013**, foi aprovado, por maioria, com 7 votos contra e 11 abstenções.-----
- **Mapa de Pessoal para 2013**, foi aprovado, por maioria com 1 abstenção.-----

PONTO 8 – INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL

Tomando a palavra o **Presidente da Assembleia** disse que este ponto tinha a ver com o parecer sobre a situação financeira semestral do Município, emitido pelo Revisor Oficial de Contas, sendo apenas para conhecimento da assembleia, tendo o **Presidente da Câmara tomando** a palavra para dar nota do seguinte: “ *o endividamento de médio e longo prazo do Município não esgotado. Permite ainda que possam vir a ser utilizados cerca de 1.179.036,70€, no entanto no nosso plano e orçamento, não se recorreu a nenhuma situação de previsão de endividamento para ser seu equilíbrio. O endividamento líquido é de 3.177.000,00€, ou seja temos capacidade de contrair empréstimos nesse montante.* -----

PONTO 10 – ACTIVIDADE MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia**, tomou a palavra para dizer que se iria passar à discussão deste ponto, tendo dado a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que a informação por escrito, tinha sido distribuída a todos os membros da assembleia, pelo que se houvesse algum esclarecimento a dar, estava à disposição.-----

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum dos membros pretendia intervir. Não havendo inscrições passou-se ao assunto seguinte:-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Chegado a este ponto o **Presidente da Assembleia** perguntou se de entre os munícipes presentes algum pretendia intervir. Assim, na sequência de inscrição foi dada a palavra a:-----



Maria da Conceição Lourenço Oliveira, que depois de cumprimentar os presentes disse que as obras da Rua Cidade da Guarda a estavam a prejudicar bastante, porque em frente à sua casa tinham sido implantadas 3 tampas subterrâneas e 13 estavam em frente à sua casa. -----

Devido às tampas a trepidação causada pela passagem dos camiões era muito intensa, provocando rachadelas na casa e impossibilitando-a de dormir, havendo alguns dias que chegava a ter medo de estar em casa. Assim, mais uma vez, solicitou ao senhor Presidente, que livesse em conta o facto de ser a uma pessoa doente, e resolvesse o problema com a maior urgência possível. -----

Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que o assunto estava a ser tratado e que brevemente seria resolvido, pois empenhar – se – ia, pessoalmente, na sua resolução.-----

José Teles, depois de cumprimentar os presentes, deixou as seguintes notas:-----

1. Que havia tempo tinha enviado uma carta ao Presidente da Câmara a solicitar a resolução do problema de uma passagem onde, diariamente, circulavam dezenas de alunos do colégio para a rua;
2. Que já tinha solicitado diversas vezes à Câmara a colocação de senáforos na zona do armazém do senhor Baltazar, local em que já tinham ocorrido diversos acidentes;-----
3. Que o piso da Avenida que partia da G.N.R. até à Ponte, estava a necessitar de uma grande reparação verificando-se que o próprio asfalto estava a sair;-----
4. Que estranhava o facto da “**Requalificação do Rio**”, aparentemente, estar parada. A parte principal estava concluída, todavia a parte de baixo estava parada, desconhecendo qual a origem do problema;-----

AUTORIZAÇÃO DE CONTINUAÇÃO DA SESSÃO

Sendo meia noite o **Presidente da Assembleia**, interrompeu a intervenção para solicitar à assembleia autorização para a sessão continuar. Não tendo havido qualquer objecção, a mesma continuou, com a intervenção de **José Teles**.-----

5. Que as casas de banho públicas da Av. das Tílias continuavam encerradas;-----
6. Que as portas da câmara, continuavam por arranjar, tendo sugerido que fosse feita uma subscrição pelos membros da assembleia para adquirir algumas latas de tinta que seriam oferecidas ao Presidente da Câmara para pintura das mesmas.-----

7. Que os corrimões de metal amarelos que se encontram no edifício da câmara, necessitavam urgentemente de uma limpeza.-----
8. Que no Largo da Câmara existem 110 quadrados em filigrana de calcetaria e verificou que dois deles se estavam a desfazer.-----
9. Que, em relação ao Cró, tinha sido feito um contrato com a Empresa Natura, S.A., tendo como contrapartida o pagamento de 18.000,00€/ano, ou seja 1.500,00€/mês. Depois de algumas contas feitas chegara à conclusão que a taxa de rendimento da Câmara se situava nos 3,6%/ano, pelo que achava estar-se perante um contrato inadmissível, considerando que a Câmara tinha efetuado um investimento no valor de 5 milhões e 200 mil euros.-----
10. Que quando se ia para a Sr.ª da Graça havia uma área com 2 ou 3 hectares de terreno, que não sabia para que fim se destinava (parque campismo).-----
11. Que, desde o mandato anterior, tinha solicitado que a Praça Luís de Camões fosse restaurada mas que, até hoje, nada tinha sido feito.-----

Em resposta o **Presidente da Câmara** agradeceu as notas deixadas e disse que, relativamente aos 18.000,00€/ano, a pagar como contrapartida pela exploração do Balneário do Cró também considerava ser pouco mas, no concurso público que tinha sido aberto, apenas tinha havido um concorrente e, o mesmo para além do valor anual a pagar, também tinha a obrigatoriedade de construir um hotel.-----

Retomando a palavra a **Presidente da Assembleia** pediu ao membro da Junta de Freguesia de Sortella presente, que transmitisse, em seu nome e em nome de todos os membros da Assembleia presentes, condolências à senhora Presidente de Junta de Freguesia, pela morte do seu avô.-----

Não havendo mais assuntos a tratar o **Presidente da Assembleia** agradeceu a presença de todos e deu por **encerrada a sessão**, eram zeros horas e vinte minutos, da qual foi lavrada a presente ata que foi aprovada em minuta, para resolução imediata das deliberações tomadas, conforme disposto no n.º 3 do art. 92º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro e que vai ser assinada, nos termos da legislação em vigor.-----

O Presidente da Assembleia,


Ramiro Manuel Lopes de Matos

A Técnica Superior,


M.ª Teresa Marques



